



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Parasita^{1(s)}, contaminados, invisíveis, abissais²

Maria Luiza Sússekind³

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0002-7296-615X>

Graça Regina Franco da Silva Reis⁴

Universidade Federal do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0002-2420-0985>

Francisco Pereira⁵

Professor comunitário

Resumo: Este artigo foi escrito a seis mãos durante o período de pandemia de coronavírus ao longo dos meses de março e abril do ano de 2020, envolvendo contatos exclusivamente virtuais entre autores. Considera o contexto de pandemia e os debates propostos pelo filme *Parasita* (BONG, 2019), tecendo forte crítica anticapitalista, e argumenta que as criações de praticantes dos currículos nas escolas são conhecimentos e solidariedades que abalroam as linhas abissais do ocidente capitalista, CISHeteroBrancoPatriarcal e colonial e desafiam os mapas necropolíticos. Conclui que há resistência e criação na arte e nos cotidianos escolares.

Palavras-chave: currículo – invisibilidade – necropolítica

1BONG, Joon-ho *PARASITA*. Distribuidora Pandora, 2019. Sinopse: Toda a família de Ki-Taek está desempregada, vivendo num porão sujo e apertado. Uma obra do acaso faz com que o filho adolescente da família comece a dar aulas de inglês a garota de uma família rica. Fascinados com a vida luxuosa destas pessoas, pai, mãe, filho e filha bolam um plano para se infiltrarem também na família burguesa, um a um. No entanto, os segredos e mentiras necessários à ascensão social custarão caro a todos. Classificação indicativa 16 anos, contém violência, atos criminosos e conteúdo sexual. <https://www.cinemark.com.br/filme/parasita>

2 Este artigo pode conter *spoilers*. Filme indicado a seis categorias do Oscar e ganhador de quatro estatuetas, incluindo melhor filme, sendo o primeiro filme não falado em inglês a ganhar esse prêmio.

3 Primeira Secretária Nacional da ANPED. Cientista do Nosso Estado/FAPERJ. Pesquisador Produtividade/CNPq/Pesq. Universal/CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Práticas educativas e formação de professores/GPPF. Professora e vice coordenadora do PPGEduc-UNIRIO. e-mail: luli551@hotmail.com

4Pesquisadora Universal/CNPq. APQ1 FAPERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Conversas entre professores: alteridades e singularidades. Professora do Colégio de Aplicação da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. e-mail: francodasilvareis@gmail.com

5Graduado em Ciências Sociais, bolsista de Apoio Técnico Universal CNPq e professor no pré-vestibular comunitário + Nós e Monitor de Sociologia no Descomplica. e-mail: franc.pereira.filho@gmail.com

Parásitos, contaminados, invisibles, abisales

Resumen: Este artículo ha sido escrito por seis manos durante la pandemia del coronavirus en el período de marzo a abril 2020. El presente trabajo ha involucrado el contacto exclusivamente virtual entre los autores. Considera el contexto de la pandemia y los debates propuestos por la película *Parasita* (BONG, 2019), haciendo una fuerte crítica anticapitalista, y argumenta que las creaciones de los profesionales del plan de estudios en las escuelas son creaciones de conocimiento y solidaridad que se encuentran en las líneas abismales del capitalismo occidental, CisheteroBrancopatriarcal y colonial y desafiar los mapas necropolíticos. Concluye que la resistencia y la creación existen dentro de la vida cotidiana en las escuelas.

Palabras clave: currículo - invisibilidad – necropolítica

Parasite (s), contaminated, invisible, abyssal

Abstract: This article was written by six hands during the coronavirus pandemic period along the months of March and April 2020, involving only virtual contacts between the authors. Consider the context of the pandemic and the debates proposed by the movie *Parasita* (BONG, 2019), making strong anti-capitalist criticism and arguing that creations by school practitioners are knowledges and solidarity that dislocate abyssal lines of western patriarch capitalism and challenge the necropolitical maps. Concludes that resistance and creation exist within everyday life at schools.

Keywords: curriculum – invisibility – necropolitics

Introduzindo um debate sobre necropolítica e abissalidade

A guerra é justa, e as guerras coloniais são permanentes, como teoriza Ailton Krenak (2019), e se utilizam de diversas armas e instrumentos, dos capitães do mato, soldados da Polícia Militar e do exército, aos *snipers* que atiram do alto de helicópteros nas pessoas que sobrevivem nas comunidades do Rio de Janeiro, e das doenças. São políticas, necropolíticas (MBEMBE, 2016), que historicamente afirmam esse estado cujo contrato social mapeia as pessoas de modo deslocado pela aversão ao justo e que usa a violência do homicídio como controle da ordem social, pulverizando o suposto monopólio que o contrato social lhe deu sobre ela. Corpos são, como foram na colônia, tributo da ordem social da pós-colônia. Pois, é numa cruel “síntese entre massacre e burocracia” (MBEMBE, 2016, p. 11) que os mapas da pós-colônia desenham as relações entre vida e morte, estabelecendo inúmeras políticas de crueldade, segundo o autor: “é notadamente na colônia e sob o regime do *apartheid* que se instaura uma formação peculiar de terror” (MBEMBE, 2016, p. 11). As violências múltiplas, enredadas e complementares são parte necessária dessa engenharia colonial/pós-colonial. A negação de moradia, do acesso de qualidade social aos sistemas públicos sanitários e de educação e saúde são guerras de morte permanentes contra a população pobre, negra, periférica. Sob o patriarcado branco capitalista, a pobreza e a doença são feminizadas (FREDERICI, 2017). Em suas pesquisas

sobre linchamento e estupro prisional como alegorias da crise da masculinidade, inscrita na própria construção do Homem ocidental, Pinar (2001, p. 435) sugere que a violência racial é ao mesmo tempo uma violência de gênero e que intersecciona lugares sociais, sendo necessária para garantir que os negros fiquem em seu lugar. Para ele (PINAR, 2016, p. 119), com os “corpos dos negros pendurados ao léu, os homens brancos reforçaram a ideia de que eram ainda” patriarcas, proprietários, protetores e, aqui, encaminham nossa afirmação de que “morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas” (MBEMBE, 2016, p. 146) para o funcionamento da sociedade necroliberal que estabelece os que devem/podem morrer.

Este artigo foi escrito a seis mãos durante o período de pandemia do coronavírus, ao longo dos meses de março e abril do ano de 2020, envolvendo contatos exclusivamente virtuais entre autores. Considera o contexto de pandemia e os debates propostos pelo filme *Parasita* (BONG, 2019), tecendo forte crítica anticapitalista, e argumenta que as criações de praticantes dos currículos nas escolas são criações de conhecimentos e solidariedades que abalroam as linhas abissais do ocidente capitalista, *CISheteroBrancoPatriarcal* e colonial e desafiam os mapas necropolíticos. Conclui que há resistência e criação na arte e nos cotidianos escolares. E, afirma que, se há necropolítica, e sobre ela escrevemos nos deslocando por abismos e apoiados em vestígios de liberdade, sabemos que, ao mesmo tempo, uma diversidade infinita de práticas de experimentação social, sexual, política, artística e curricular resiste e cria movimentos de “revolução dos subalternos e apátridas em andamento” (PRECIADO, 2019).

A ciência, a tecnologia e o mercado estão redesenhando os limites do que é e será um corpo humano vivo. Esses limites são definidos hoje não só em relação à animalidade e às formas de vida consideradas até agora subumanas (os corpos não brancos, proletários, não masculinos, trans, com deficiência, doentes, migrantes...), mas também frente à máquina, frente à inteligência artificial, frente à automatização dos processos produtivos e reprodutivos. Se a primeira Revolução Industrial foi caracterizada pela invenção da máquina a vapor, pela aceleração das formas de produção, a revolução industrial atual, marcada pela engenharia genética, pela nanotecnologia, pelas tecnologias de comunicação, pela farmacologia e pela inteligência artificial, afeta em cheio os processos de reprodução da vida. O corpo e a sexualidade ocupam na atual mutação industrial o lugar que a fábrica ocupou no século XIX. Há, ao mesmo tempo, uma revolução dos subalternos e apátridas em andamento e uma frente contrarrevolucionária lutando pelo controle dos processos de reprodução da vida. Em cada canto do mundo, de Atenas a Kassel, de Rojava a Chiapas, de São Paulo a Johannesburgo, é possível sentir não só o esgotamento das formas tradicionais de fazer política, mas também o surgimento de centenas de milhares de práticas de

experimentação social, sexual, política, artística... Fazendo frente ao aumento das forças edípicas e fascistas surgem, por toda parte, as micropolíticas do cruzamento. (PRECIADO, 2019, p. 1)

Cotidianamente, nas escolas, nos vemos diante de revoluções subalternas plurais, híbridas, como micropolíticas de cruzamento, vozes outras que surgem em nossas escolas e que não estão alinhadas a modelos e previsões. Que conhecimentos são produzidos diariamente nesses espaços entre professores, estudantes e comunidade escolar e acabam apagados, emudecidos, por não possuírem um lugar onde possam deixar as marcas de sua criação (CERTEAU, 2012)? Na tentativa de perseguir essas e outras interrogações, nos deslocamos entre os pensamentos de Mbembe, Spivak e Certeau e os currículos criados nas conversas complicadas dos cotidianos escolares (SÜSSEKIND, 2014a) em busca dos vestígios (GINZBURG, 1989) das vozes subalternas (SPIVAK, 2010) que movimentam e deslocam as linhas abissais (SANTOS, 2010, 2019) e trazem outras leituras de mundo, como o filme que intitula nosso debate. Reconhecemos “processos de cruzamento que melhor nos permitem compreender a transição política global que estamos enfrentando” (PRECIADO, 2019) nas táticas de revolução subalterna dos jovens Kim, no filme *Parasita* (BONG, 2019), que, ao forjar diplomas e driblar regras para tentar garantir a sobrevivência da família, põem em “cheque a arquitetura política e legal do colonialismo patriarcal” (PRECIADO, 2019).

1. Parasita(s)

Desde que escrevi *O Nome da Rosa*, chegam-me muitas cartas de leitores perguntando o que significa o hexâmetro latino final, e por que este hexâmetro deu origem ao título. Respondo que se trata de um verso de *De contemptu mundi* de Bernardo Moliacense, um beneditino do século XII que constitui uma variação sobre o tema (...). (ECO, 1985, p. 8)

Um narrador não deve oferecer interpretações de sua obra, caso contrário não teria escrito um romance, que é uma máquina para gerar interpretações. Mas um dos principais obstáculos à realização desse virtuoso propósito é justamente o fato de que um romance deve ter um título. Um título infelizmente, é uma chave interpretativa. (ECO, 1985, p. 9)

Ao verter o título ao plural, seguindo o autor de *Parasita* (BONG, 2019), provocamos um deslocamento que redesenha o mundo capitalista sob cartografia da morte, cujo assustador realismo opera sob relações de classe não dicotômicas e personagens

moralmente ambivalentes diante de um contexto hostil de invisibilidade e extrema violência. No singular, a/o parasita é quem vive à custa alheia por pura exploração ou preguiça, no sentido dado também pela biologia, parasita é aquele organismo que vive de e em outro organismo, dele obtendo alimento e não raro causando-lhe dano. Parasitas, no plural, se instalam, se infiltram, de modo sutil, um a um, misteriosamente, mas não sem cheiro.

Em meio às revoluções subalternas, que pautam a primeira parte do filme, e a disputa patriarcal, que surpreende e altera todo ritmo na segunda parte do filme, há a denúncia da crueldade da disputa pobres X pobres que chamamos aqui de necroliberalismo. Diante da simbiose pobreza/riqueza, parasita é uma situação, uma relação, um estado, uma mutação que vai passando de uma personagem a outra, fazendo da invisibilidade, da desumanidade e da morte do outro uma escolha para a própria sobrevivência.

Sidarta Ribeiro: A relação presa-predador foi uma necessidade da escassez. Agora que não tem mais escassez, tem que prevalecer o amor, se não é perversidade. E a perversidade nesse caso é pouco adaptativa.

Bruno Torturra: É porque hoje matar é simplesmente uma escolha, ela não é mais uma necessidade, né?

Sidarta Ribeiro: Exatamente! E é uma escolha que nesse momento leva a espécie como um todo para o buraco. (EM FLUXO; 2020)

Se o Estado nazista inaugura historicamente a consolidação do direito de matar (MBEMBE, 2016), nas sociedades pós-coloniais, identificamos, seja na abordagem do filme ou nos cotidianos que vivemos e sobrevivemos a políticas públicas que são políticas de morte, ou necropolíticas, entendendo esses Outros como uma ameaça mortal cuja eliminação torna-se necessária. Dessa forma, passamos a funcionar também como um Estado nazista, forjando máquinas de extermínio. No final do filme, cantando tristemente o futuro encarcerado do pai, Ki-woo escreve uma carta que não será enviada, em que calcula que teria de trabalhar 564 anos para poder comprar a casa e salvá-lo do porão, onde resta invisibilizado e tornado inexistente. Nesse sentido, observando o presente momento de pandemia, Mbembe (2020) afirma que nossos corpos passaram a ser ameaças à sociedade, sendo ideias como as do presidente Bolsonaro – de que alguns terão de morrer para não parar a economia ou de que seria preciso “priorizar o tratamento de jovens e deixar os mais idosos morrerem” – exemplos explícitos de necropolíticas, ou, mais especificamente, do necroliberalismo.

O sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer”, diz Mbembe. “Essa lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. (MBEMBE, 2020, p. 1)

Sem meias palavras, o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. (BAUMAN, 2010, p. 9)

O indivíduo não sabia que era uma peste ambulante, uma guerra bacteriológica em movimento, um fim de mundo; tampouco o sabiam as vítimas que eram contaminadas. (KRENAK, 2019, p. 37)

Da invisibilização à inexistência, as histórias do mundo colonial forjaram-se no genocídio, em diferentes políticas de morte aliadas ao patriarcado capitalista, e operam, se nos aproximarmos do arcabouço vocabular e conceitual de Certeau (1994), como máquinas barulhentas que nos ensurdecem para as falas e criações das pessoas ordinárias e, para Preciado (2019), criam revoluções subalternas. Essas máquinas de desumanidade e genocídio nos fazem tomar as outras pessoas como idiotas, ou menos importantes e dispensáveis, ou ainda invisíveis e produzidas como inexistentes (SANTOS, 2019). Quanto menos importante, menor existência, maior crueldade e morte. Mas as vozes subalternas não estão caladas, a subalternização dos corpos à moda colonial parece ainda operar e reagiu com ferocidade. Jessé Souza afirma que:

O pressuposto nunca refletido no caso é a separação da raça humana entre aqueles que possuem espírito e aqueles que não o possuem, sendo, portanto, animalizados e percebidos como corpo. (SOUZA, 2017, p. 17)

Segundo Souza, a distinção entre espírito e corpo estaria na base desta moral cristã, que considera o espírito como uma espécie de força que disciplina o corpo. O corpo, nesse caso, seria habitado por paixões incontroláveis, dentre elas as principais seriam o sexo e a agressividade (SOUZA, 2017). Mesmo que se tenha obtido vitórias no campo jurídico, são os corpos de mulheres, das mulheres trans, de pretos pobres e/ou favelados que figuram violentados nas páginas dos jornais, sendo hoje, na pandemia, os idosos considerados os que podem morrer. Sob suposto sistema democrático, reside um outro, que para além de articular o Golpe de 2016 e a eleição do grupo de direita radical, manteve em pleno funcionamento e reforçou a máquina de aniquilar os corpos subalternizados.

Entendemos como subalterno todos que são taxados como o “Outro homogêneo” (SPIVAK, 2010), os que perderam (ou nunca tiveram) o direito à cidadania e raramente ou quase nunca têm a possibilidade de vocalizar o que pensam. Esse Outro subalterno de Spivak é tido como o sujeito inexistente, pois, para além de habitar o lado de lá da linha abissal, onde as Leis não possuem as mesmas validades, sua leitura de mundo e seus conhecimentos são tidos como menos importantes ou simplórios. Se para os membros de um lado vigora uma sociabilidade metropolitana baseada nas leis e nos direitos humanos e acesso, por exemplo, ao atendimento médico em situação de pandemia, do outro vigora uma sociabilidade colonial cuja violência é o principal instrumento do poder soberano para manter seu domínio (SANTOS, 2010, p. 31, 40-45).

Santos argumenta que, com a queda do Muro de Berlim, o capitalismo passou a reinar de forma absoluta e a expandir seus tentáculos sem a preocupação de explicar as frequentes crises que ocasiona, tornando o estado de crise permanente como a única forma possível, mesmo que, para isso, tenha como consequência a miséria de uma imensa maioria da população e a destruição do planeta (SANTOS, 2019). Entendemos que os ataques perpetrados pelo sistema globalismo/neoliberalismo/capitalismo impulsionam o que temos chamado de tsunami neoliberal conservador (SÜSSEKIND, 2014b; OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2019), reconfigurando, ressuscitando, reanimando formas necropolíticas históricas.

É exatamente o que viemos vivendo no Brasil desde o contexto que precedeu o Golpe de 2016 com os impactos do Tsunami conservador sobre a CF/88 (Brasil, 1988) e na produção de leis devastadoras dos direitos de cidadania, de trabalho e de aposentadoria; sobre a LDB 9394/96 (Brasil, 1996), desfigurada e impedida de seguir seus próprios princípios; sobre o orçamento do Estado sequestrado e desviado para os mais espúrios interesses e prioridades; na saúde pública, notadamente a da mulher; sobre a Petrobrás e suas funções, etc. (SÜSSEKIND, 2014b; OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2019, p. 6)

A lógica neoconservadora, centralizada nos valores morais, cristãos e da família tradicional, se utiliza de um dualismo maniqueísta que busca desqualificar e invisibilizar as lutas sociais ou justificar a morte do pobre, do bandido, do fumante, do velho, do doente, do parasita. São os movimentos sociais que, ao lutarem por visibilidade, por direitos e pela própria vida, tencionam o necropoder, que tem como alvo seus corpos em ações permanentes de desqualificação, desautorização ou desumanização por suas condições corporais. Alimenta-se de racismo, misoginia, transfobia, assim como também se alia à

moral cristã, que considera tais corpos como ausentes de espírito e, portanto, indisciplinados e não merecedores de uma vida digna, ou, até, da morte. A necropolítica atinge o tecido social pulverizando o poder sobre a morte. “Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. Tenho certeza, todos nós juramos um dia dar a vida pela pátria” disse o presidente Bolsonaro em entrevista recente⁶.

Para Mbembe (2018, p. 8), “a modernidade esteve na origem de vários conceitos de soberania”, porém a crítica política contemporânea dos representantes das epistemologias do norte teria desconsiderado essa multiplicidade e tornado “o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto de modernidade quanto do território de soberania” (MBEMBE, 2018, p. 9). Para ele, tal paradigma considera a razão como a verdade do sujeito e a política como o exercício da razão na esfera pública. Portanto, nesse caso, “a soberania baseia-se na crença que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado” (MBEMBE, 2018, p.10). Porém, Mbembe nos sugere olhar para categorias mais palpáveis e menos abstratas, como por exemplo a vida e a morte, em vez de considerar a razão como a verdade do sujeito. Relacionando a ideia de biopoder de Foucault, o estado de exceção e o estado de sítio, e, no caso de pandemia, sustenta (MBEMBE, 2020, 2018, 2016) que matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, também prerrogativa atual do necroliberalismo. Tal sistema de poder divide a espécie humana em grupos, estabelecendo uma “cesura biológica entre uns e outros” (MBEMBE, 2018, p.17), delegando ao racismo, o ageísmo e a outras formas de discriminação o papel regulador entre quem o Estado deve matar ou deixar viver. Assim, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2020), a pandemia tem sua pedagogia e nos ensina lições, sendo uma delas:

As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga. É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas na nossa sociedade contra trabalhadores empobrecidos, mulheres, trabalhadores precários, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, sem abrigo, camponeses, idosos etc. Mas discriminam tanto no que respeita à sua prevenção, como à sua expansão e mitigação. Por exemplo, os idosos estão a ser vítimas em vários países de darwinismo social. Grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde para nos defendermos do vírus porque vive em espaços exíguos ou altamente poluídos, porque

6 Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar. Brasília, G1-Globo. 19.04.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml?fbclid=IwAR3KZBUd7sh3HuzIJfnU86CQ29aaHIEBk3hN45GecXgcAENTRrbqJ3xUv1U>. Acesso em 08.06.2020.

são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão presos em prisões ou em campos de internamento, porque não têm sabão ou água potável, ou a pouca água disponível é para beber e cozinhar, etc. (SANTOS, 2020, p. 24)

1. **Arquiteturas da desigualdade: a janela, a escada e a chuva**

Nas primeiras cenas do filme assistimos à busca desesperada pelo sinal de uma rede *wi-fi* que permita a conexão dos telefones da família Kim, uma das subalternas travessias e deslocamentos horizontais de solidariedade numa sociedade abissal. Em termos que buscam nos mapas abissais desenhos de entendimento, essa conexão é parte dos muitos modos de “acontecer da chamada globalização” que garantem acesso na medida que garantem humanidade (OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2019, p. 5), vertical e hierarquicamente. De mãos erguidas, vasculhando cada ponto de sua casa-meio-porão, os Kim se esforçam para se manter conectados, procurando por uma brecha, ou talvez por migalhas, como dá a entender o patriarca partindo pão enquanto orienta seu filho na busca. A urgência da conexão indica a necessidade que os Kim e nós todos sentimos, quase como uma obrigação, de estarmos conectados, globalizados, de acordo com uma “globalização hegemônica neoliberal” (SANTOS, 2013), que se impõe como “a nova fase do capitalismo global e das normas políticas, legais e culturais que a acompanham (o primado do direito, liberalização da economia, privatização dos bens públicos, minimização do poder do Estado, democracia liberal, direitos humanos)” (SANTOS, 2013, p. 29-30).

Nesse contexto habita um legado de direitos humanos que deixa para grande parte da população a tarefa de ser objeto dos discursos dos direitos e não sujeitos deles. (OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2019, p. 5)

Ter acesso à luz, à janela, uma vista, ter proteção da chuva torrencial e ter acesso ao *wi-fi* são imagens trazidas por nós aqui como proposta simbólica do desenho hierárquico verticalizado que permite o acesso de partes da humanidade aos direitos humanos e condições de sobrevivência, enquanto outras partes dessa mesma humanidade são tornadas invisíveis, inexistentes e, por isso, deixam de ser sujeitos desses direitos, sendo apenas objetos do discurso sobre eles. A luta por justiça social e justiça cognitiva, condições básicas para a cidadania, passa pela luta de grupos e movimentos sociais, seja no âmbito de produtores de solidariedade (como o mundo do trabalho e o acesso à terra) ou questões relativamente inovadoras no cenário político e que colocam em xeque a capacidade e a

intenção civilizatória do capitalismo. Isso se dá também pela escola, *espaçotempo* onde professores, estudantes e comunidades escolares criam, burlam, reconfiguram e subvertem muitas das normas e currículos prescritos. No contexto de complexidade em que habitamos, vemos a luta democratizante de grupos minoritários, que nega um modelo de civilização excludente, buscando

uma globalização contra hegemônica, ou globalização a partir de baixo, que engloba articulações locais, nacionais e transnacionais lutam contra o capitalismo e a opressão colonialista, a desigualdade social e a discriminação, a destruição ambiental, e modos de vida decorrentes da voracidade da extração dos recursos naturais, imposição das normas culturais ocidentais e destruição das não-ocidentais causada pela globalização hegemônica (SANTOS, 2013, p. 29-30).

A vida na sociedade moderna ocidental capitalista é desenhada como um plano que sempre dá errado. “Ah, então você tem um plano!” afirma Ki-taek a seu filho. Diferente dos enriquecidos Park, os Kim são pessoas talentosas: a mãe foi uma importante atleta de lançamento de martelo, o filho é tão bom com inglês, que é considerado melhor que universitários coreanos. Já a filha demonstra uma forte aptidão para trabalhos com design, e o pai é um excelente motorista. Em comparação, a família Park é apresentada como desinteressada e desinteressante. Mesmo assim a desigualdade entre as famílias é abissal, vertical como a arquitetura do filme, e a invisibilidade dos Kim chega ao ponto de os Park não os perceberem como família, tornando-a inexistente. Representada no filme de forma lúdica e metafórica por janelas, linhas e escadas com intermináveis degraus, a desigualdade baseada na racionalidade ocidental é promotora de desperdícios e apagamentos. Por isso, sujeitos tão talentosos e interessantes como os Kim usufruem de uma condição tão desumana de existência.

A inexistência e a invisibilidade estão baseadas no fato de que na divisão do mundo entre dois lados de uma linha, abissal, o que é posto para fora da realidade daquele que é superior constituído como irrelevante (SANTOS, 2001; 2004; 2007). Excluídos, vivem a “metáfora do sofrimento humano sistêmico injusto” (2010, p.53), cujo acesso precário ao que é estabelecido como “superior”, conjugado à destituição e desvalorização de suas territorialidades sejam estas cognitivas, sociais, culturais, científicas e filosóficas, em que os parâmetros para a vida estão no lado de lá, distante dos seus e “impensáveis como princípio organizador” (id., p. 34) conformam a desigualdade que se materializa nos Direitos Humanos violados. Pessoas que são tratadas pelas políticas (curriculares e de segurança) não como sujeitos dos direitos humanos, mas, objetos de seu discurso apenas (SANTOS, 2013, p.13).

Agressor cruel da natureza, o capitalismo escorre como a chuva torrencial pelas escadas enquanto descem os Kim mapeando o impacto diferenciado do alagamento nas moradias das duas famílias. Semi-excluídos da urbanidade, em sua casa-meio-porão, vivem a “metáfora do sofrimento humano sistêmico injusto” (SANTOS, 2010, p.53), cujo acesso precário ao estabelecido como “superior” conformam a desigualdade que se materializa num território onde é admissível que os Direitos Humanos sejam violados, como já trouxemos de Santos (2013, p.13).

A pedra presenteada traz para Ki-woo a oportunidade e, com ela, outras oportunidades vão sendo geradas: o trabalho para a irmã, para a mãe e, por fim, para Ki-taek, reestabelecendo, então, uma luta patriarcal. Na convivência das duas/três famílias na casa rica, somos levados a nos perguntar, quem “parasita” quem? O neocapitalismo e sua versão macabra, o necroliberalismo, se apresentam no filme no ensaio da luta entre os pobres por existência, sobrevivência e visibilidade: por menos escadas, mais luz, alguma janela, menos alagamento por chuva e esgoto. Pois, no capitalismo da morte, a luta entre os de baixo ocorre porque sempre há um lugar mais baixo, uma condição mais inferior. Os Kim se encontram do outro da linha, abaixo da rua, mas ainda possuem uma casa-meio-porão, com alguma luz, alguma janela, alguma saída... Na relação deles e com eles, só há morte e disputa quando não há consciência de classe, não há solidariedade e não há compaixão.

Enquanto usam a casa dos Park, pois os donos saem em viagem, o comportamento colonizador, voraz, espaçoso e superior dos Kim ganha corpo no confronto entre os pobres. Escondido no porão fugindo de dívidas, Geun-se está invisível, inexistente, não vê a luz do sol, é infantilizado e adoecido. Não há espaço na casa dos Park, a não ser no porão esquecido. Transformou-se num sensor de movimento que acende lâmpadas na escada e presta respeito nas suas últimas palavras. Como no livro de Eco, signo de arriscados deslocamentos, as escadas levam a perigos, segredos e crimes. A longa e “bem-sucedida” escalada dos Kim desmorona com a insurgência dos ainda mais pobres e com o retorno antecipado dos proprietários da casa. O plano ruiu, e o que sobra, a chuva se encarrega de levar. E fica o ensinamento da necropolítica: em cenários verticais, quanto mais se sobe, maior será a queda.

Do alto do mapa abissal, em seu território-casa privilegiado, a chuva é o cenário perfeito para a brincadeira de acampar, como também para o momento íntimo do casal Park. Do outro lado da linha, a chuva apaga tudo. Tendo que percorrer um longo caminho

descendo milhares de degraus em escadas íngremes e sob temporal, até em casa, a família Kim se depara com o *tsunami* que a chuva provoca em suas vidas, tendo a casa completamente destruída pelo alagamento, enquanto também seus planos afundam. Segundo Oliveira e Süsseskind (2019, p. 6), este tsunami, que além de um fenômeno natural é também um fenômeno “neoliberal conservador, que não tem nada de natural”, é um outro modo de se nomear o que se passa na atualidade, sendo “um deslocamento de tipo paradigmático de uma modernidade que transfigura a igualdade em desigualdade crescente, a liberdade em opressão e a fraternidade em competição e meritocracia”. Para as autoras, “diferentemente de uma onda comum, previsível e regular, o tsunami é repentino, tem alcance e amplitude gigantescos e danos imensuráveis e se forma a partir do deslocamento de um relevo (OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2019, p. 6)” como são as conquistas de diretos e acessos.

Apesar da conclusão contundente do patriarca Ki-taek em forma de advertência a seu filho – nenhum plano nunca dará certo –, um elaborado projeto de salvamento é apresentado. O filme se encerra como um conto, um “necroconto”, no qual um homem vive sozinho num porão, sobrevivendo, apesar de tudo, e esperando. A janela abaixo da rua, as escadas que caminham infinitamente para baixo e a chuva/tsunami são representações da abissalidade que separam os muitos Kim dos poucos Park. O capital é o parasita e devora corpos, subjetividades e territórios, devora o mundo. Na segunda parte do filme, enfrentamos a face dura do presente comprimido (SANTOS, 2002) num modelo único, uma monocultura da vida, do saber e da morte.

2. Um filme que fala *outra* língua

Não é somente na eliminação física que se realiza o ato de expulsão. A própria civilização desloca a violência externa à coação interna, mediante a regulação de costumes e moralidades (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 121).

A expressão “isso é tão metafórico!”, figura de linguagem utilizada por Ki-woo em muitas situações, nos incita a pensar na construção da norma padrão/culta da língua. Já esta expressão indica que há uma forma correta de utilizá-la. Mas quem organizou a norma? Por que ela precisou ser organizada? Nosso objetivo é pensar como a língua é também uma forma de dominação, pois a modernidade só considera presença aquilo que foi tornado universal. Assim, construímos várias estratégias para regular e controlar o Outro, tornando

ausentes outras experiências e formas de ser e estar no mundo. É necessário que todos sejam encaixados em “estereótipos de igualdade” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001) para que “identidades fixas, centradas, homogêneas e estáveis” sejam asseguradas (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001).

A língua que existe na linguagem se estabelece como território de diferenças, exigindo, nessa perspectiva, permanentes traduções. Partindo dessa lógica dicotômica, a modernidade denominou e inventou categorias para pensar o Outro e sua linguagem. Esse Outro é o inculto, o marginal, o pobre, o grupo de risco, o favelado... Segundo Santos (2010), a dicotomia, forma mais bem-acabada da totalidade, oculta uma hierarquia, e nenhuma das partes pode ser pensada em separado, como tendo vida própria para além da que lhe é conferida na relação dicotômica.

O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutores/as (Castro Varela e Dhawan, 2003). Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nessa dialética aqueles/as que são ouvidas/os são também aqueles/as que “pertencem”. E aqueles/as que não são ouvidas/os se tornam aqueles/as que “não pertencem”. (KILOMBA, 2019, pag. 42-43)

Nesse embate dicotômico e classificatório, há a imagem do outro que é portador de uma marca identitária particular que o inviabiliza – ele é o violento, o pobre (ARROYO, 2010, SKLIAR, 2005). Assim, justifica-se a violência da exclusão, naturalizam-se processos ideológicos e culturais e espera-se que este outro não “perturbe” o processo, assumindo sua condição de inferioridade. (REIS, 2016, p. 1340).

Ao diminuir ou subtrair as diversas experiências e suas formas de expressão, seja da linguagem, dos currículos ou das histórias das pessoas, expandimos as possibilidades idealizadas de acordo com regras e compreensões estabelecidas a priori. Delineamos assim uma ideia de progresso em que desenvolvimento social e científico caminham juntos e inevitavelmente em direção a “mais conhecimento e mais bem-estar”. A contemporaneidade é reduzida àquilo que ocorre conforme o padrão de desenvolvimento reconhecido pelos modelos “visíveis”, como o nível “certo” de evolução e progresso civilizatório, sendo o que resta atraso, erro ou inexistência. Assim, a linguagem com a qual percebemos e narramos o mundo só é visível ao se encaixar nesse modo de compreensão. Essa versão abreviada de leitura do mundo foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a um instante fugaz entre o que já não é e o que ainda não é, impossibilitando que as diversas experiências que estão a circular nos diferentes

espaçotempos sejam percebidas como tais.

Queremos confrontar essa linearidade invisível que hierarquiza o mundo das coisas visíveis com a verticalidade do mapa de mundo e imagem de capitalismo que nos oferece o filme *Parasita* (BONG, 2019). Nessa direção, argumentamos que “há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (SANTOS, 2002, p. 246). O que une as lógicas de produção de não existência é serem todas elas manifestações monoculturais, lineares, que, como já dissemos, comprimem o presente tentando apagar, jogar ao abismo da inexistência ou matar qualquer e todas as tentativas de revoluções subalternas.

Aníbal Quijano (2005, p. 228-229) nos lembra que a formação das relações sociais foi fundada na América na ideia de raça. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, as identidades raciais foram associadas a hierarquias, lugares e papéis correspondentes. Raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (ARROYO, 2010, p. 91).

Assim, as necropolíticas fingem estar sendo naturalizadas as desigualdades e injustiças, em que uns sabem, e outros não, uns são capazes, e outros não, uns nasceram para um futuro brilhante, uns tem casa, vista, prazer com a chuva, aulas particulares, e outros não. Aguçando nossa percepção e reiterando a crítica de Bong (2019), segundo Duschatzky e Skliar (2001, p. 119), percebemos que esse Outro

funciona como depositário de todos os males, como o portador das falhas sociais. Este tipo de pensamento supõe que a pobreza é do pobre; a violência, do violento; o problema de aprendizagem, do aluno; a deficiência, do deficiente; a exclusão, do excluído.

Por meio da produção de monoculturas, produzimos um “Outro” desqualificado, e, nessa produção, não há possibilidade de diálogo, apenas a afirmação sutil de que não há espaço para o reconhecimento e respeito às diferenças, pelo contrario, culpamos a vítima. Há a necessidade de atribuição de uma série de culpas que visam justificar o “fracasso” do processo, sendo, portanto, viável considerar justa a inundação e conseqüente naufrágio dos planos dos Kim. Em relação à escola, essa monocultura define os conhecimentos que podem e devem estar nos currículos, nos materiais didáticos, nas provas, excluindo todos os outros. Tendo reservas para ocupar lugar no topo da árvore social (ALVES, 2000) aqueles que demonstrarem familiaridade com esses conhecimentos, o que nas escolas se

converte frequentemente em apropriação dos conteúdos formais de ensino. Outras formas de conhecimento não são legitimadas, são “apenas” senso comum ou sequer existem. No entanto, “desobedientes” (OLIVEIRA, 2003) que somos, praticantes dos currículos nas, das e com as escolas, compartilhamos outras formas de estar no mundo e de compreendê-lo, redesenhando mapas abissais e tangenciando as verticalidades. Embora sejamos, professores e estudantes, em geral obedientes, somos criadores, interpretamos e fazemos coisa outras, ou seja, não somos *idiotas*, resistindo nos cotidianos das escolas, nos filmes, na vida.

Mas onde o aparelho científico, o nosso, é levado a partilhar a ilusão de poderes de que é necessariamente solidário, isto é, a supor as multidões transformadas pelas conquistas e vitórias de uma produção expansionista, é sempre bom recordar que não se deve tomar os outros por idiotas. (CERTEAU, 1994, p. 273).

Pensando esses cotidianos escolares como espaços de Invenções que podem ser ecológicamente convocadas à mesa ilustre do conhecimento curricular, contamos aqui uma história narrada pela professora Marina, ocorrida em uma escola pública frequentada por crianças de todos os grupos sociais, mas que fica em bairro residencial de classes privilegiadas do Rio de Janeiro:

Atuo em uma turma de primeiro ano do ensino fundamental. Todos os dias recepcionamos as crianças com uma história e, anualmente, escolhemos um livro literário para trabalharmos. Em 2017, escolhemos Rápido como um gafanhoto⁷, um livro bem conhecido por quem trabalha com essa série. O livro traz características de um menino e associa essas características com as de animais. Partindo disso, realizamos uma sequência didática. Em uma das atividades, as crianças deviam escolher sua característica mais marcante. Conforme elas iam falando, eu ia escrevendo no papel A3 a lista dos adjetivos. Desta forma, ia trabalhando com eles a escrita dessas palavras, fazendo comparações e etc. Uma a uma, as crianças foram respondendo: esperta, legal, amiga, veloz, curiosa. Na vez do José⁸, ele pediu mais tempo para pensar; deixei-o por último e, por fim, a característica escolhida por ele foi “lerdo”. Os colegas se surpreenderam com a resposta dele, e indaguei o porquê do espanto. Eles responderam que aquela não era uma caracte- ca- racte- caraterista- característica! boa. Mediei perguntando se nós só tínhamos características bacanas, e eles rapidamente responderam que não. Fixei outro papel A3 no quadro, e começamos a compor duas listas: uma com nossas características legais e outra com nossas características nem tão legais assim – bagunceiro, fofaqueiro, lerdo, preguiçoso, brigão, comilão etc.

7 WOOD, Audrey. Rápido como um gafanhoto. 2. ed. São Paulo: BRINQUE-BOOK, 2007.

8 Nome fictício.

Para a lista das características bacanas, o José escolheu “bonito”.
Passou...

Decidimos escrever um livro que trouxesse as características das crianças da sala, e então solicitei que cada uma escrevesse uma frase comparando esta característica com algo ou alguém que também a tivesse, como no livro. Estava circulando pelos grupos e me dirigi ao grupo do José, pois percebi que por lá estava um verdadeiro rebulição com as crianças rindo e cercado o José:

Figura 1:



Arquivo da autora

– Marina, olha o que o José escreveu! – Deparei-me com a seguinte frase: Logo toda a turma voltou a atenção para José; fiquei sem reação por alguns segundos diante daquela frase que explicitava algo que o José tinha aprendido. Provavelmente, ele não aprendeu isso em uma lição do caderno ou com uma bronca da sua mãe, mas aprendeu por meio dos comportamentos que observa, nas conversas que ouve, nos programas que assiste, enfim, no mundo em que vive.

De imediato, só consegui perguntar a ele se achava que de fato todo rico era bonito, e ele prontamente me respondeu que sim. Ao solicitar que me explicasse por que, ele disse: “porque sim”, “porque é”, “porque eu sei”. Entendo o José, essas aprendizagens cotidianas são mesmo difíceis de formular.

Iniciamos uma discussão coletiva sobre quando a riqueza se torna algo feio e, no contexto histórico-político em que vivemos, nem as crianças pequenas tiveram dificuldade em citar a corrupção, os roubos ou quando alguém maltrata outra pessoa só porque tem mais dinheiro. Citaram as riquezas e belezas que não se compram, como os amigos, a família, a natureza. O José pouco falou, talvez não tenhamos conseguido convencê-lo de que nem todo rico é bonito, ficou só me olhando pensativo. Depois disso, me entregou a folha em que ele já havia escrito e pediu: “a senhora tem outra folha sobrando?” – o José é o único aluno da turma que me chama de senhora, apesar dos meus pedidos para que me chame pelo nome. Na outra folha, escreveu que era bonito como um beija-flor, não conseguiu deixar de lado o “bonito”.

Tocou o sinal do recreio, e eu devo ter ficado com a mesma cara pensativa com que o José ficou me olhando. Tirei uma foto do que ele escreveu, postei no grupo de WhatsApp que temos no grupo de pesquisa, querendo não refletir sozinha sobre aquela experiência. Então sentei e fiquei com meus botões pensando em como aprendemos coisas cotidianamente e que, talvez, nem sempre a função da escola seja a de fazer nossos estudantes aprenderem com ela, mas sim desaprender e, ainda, que desaprender é mais difícil do que aprender. Desaprendi muitas

coisas naquelas aulas com José, e ele tornou a nossa aula muito mais produtiva do que o planejado.

O José não é rico de dinheiro, como as crianças falaram. Não sei ao certo se foi antes ou depois dessa aula, mas ele ficou uma semana sem vir à escola por causa da “brincadeira sinistra de polícia e ladrão⁹” que rolou na Rocinha (lugar onde ele mora) naquele mesmo período; mas de uma coisa eu sei: de lerdo, o José não tem nada! (CAMPOS, 2017, p. 19)

Conhecer a narrativa de Marina e sua abordagem à lógica classificatória e homogeneizadora que teria sido apresentada na fala de José nos indica que há diferentes modos de escrever sobre as pessoas e o mundo e que há uma lógica que se sobrepõe às demais lógicas, buscando legitimar uma única forma de viver, e de morrer. Ser rico é ser “bunito”, como diz José. No entanto, Marina problematiza essa lógica buscando apontar que há outras questões que atravessam o cotidiano e que deslocam tanto a riqueza quanto a beleza e retiram do lugar essa “verdade”. Tal qual José, do outro lado do planeta, mas em lugares sociais muito similares no desenho abissal do necrocapitalismo, ouvimos, na segunda parte do filme *Parasita*, quando se deslocam na direção do lugar dos patrões, Ki-Jung Kim declarar sobre os Park: “eles são ricos, mas são legais”. Ao que a mãe Chung-Sook Kim retruca, sem ilusões e numa contrarresposta: “eles são legais porque são ricos”.

José não alia riqueza e beleza à toa, assim como os Kim não aliam a ideia de riqueza a ser legal, interessante, bacana à toa, pois numa perspectiva capitalista, patriarcal, ocidental, colonial e neoliberal, reduzimos com regularidade a ideia de viver este/neste mundo e ser parte dele (sendo esse *ele* um homem, branco, europeu e burguês) ao que se é possível consumir, e parasitar. O que define os sujeitos e suas melhores características é a capacidade que eles têm de consumir. Nessa perspectiva, José e a jovem ambiciosa Chung-Sook Kim não estão errados, dizem o que percebem como único conhecimento, ou única forma possível de se estar no mundo.

No entanto, o relato da professora Marina nos mostra que há possibilidade de pensarmos e estarmos nas escolas modificando as regras e as relações entre o poder da dominação e a vida dos que a ele estão, supostamente, submetidos (OLIVEIRA, 2001, p. 44).

Certeau, em sua leitura de Foucault, sugere que a economia das práticas intelectuais desenvolveu maneiras próprias de praticar o poder. São elas, por exemplo, as práticas de linguagem, de espaço, de uso de tempo etc.

⁹Trecho da música “Numa cidade muito longe daqui”, composição de Franco Lattari, Arlindo Cruz e Acyr Marques e interpretada por Leandro Sapucahy e Marcelo D2

que não são entendidos como um modo de ação que age sobre os outros, mas sobre a ação deles (CERTEAU, 2012, p. 125, 126). Portanto, escrever seria uma ação que sofre o poder das políticas de escrita e que cria outras políticas de escrita. Usamos a língua para escrever e dizer coisas que estão além da língua e mesmo da vida cotidiana. Contudo, “vivemos dominados por uma percepção redutora e utilitária que converte os idiomas num assunto técnico” (COUTO, 2011, p. 14.) e suas práticas em hierarquias, exclusão e invisibilização. Se as “línguas servem para comunicar” (COUTO, 2011, p. 13), e, às vezes, nos fazem “ser” (Idem), é preciso lutar pelo direito de que cada um traduza seus pensamentos em muitas e diferentes escritas, e se faça presente, já que no *mundouniversidade* “a palavra tem que lutar para não ser silêncio” (Ibidem). (SÛSSEKIND, 2017, p. 135)

Nos currículos, nos usos da escrita, da língua e interpretações do mundo podem residir mais formas violentas com as quais se realiza o ato de expulsão do Outro. Segundo Dussel (2005) “a civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior” (DUSSEL, 2005, p. 64), entendendo que as outras formas de viver são “primitivas, bárbaras e rudes” e que, por isso, precisam ser “civilizadas”. Como parte desse processo civilizador, “a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização” (DUSSEL, 2005, p. 64). Essa dominação produz vítimas em virtude de diferentes formas de violência civilizatória, interpretada como um ato inevitável e sacrificial, seja esta violência física ou deslocada como coação interna. José “ficou uma semana sem vir à escola por causa da ‘brincadeira sinistra de polícia e ladrão’ que rolou na Rocinha”, violência física cotidiana sofrida pelos moradores das comunidades na cidade do Rio de Janeiro, assim como são nos dias atuais, as mortes da pandemia que reforçam os números da desigualdade, da falta de acesso aos direitos básicos dessa mesma civilização.

Mas se aqui trazemos a fala de José e Chung-Sook é para cotejar a ideia de se “Pode o subalterno falar?” como pergunta Spivak (2010). Pode o parasita falar?, perguntamos nós. O desafio está em identificar as linhas abissais, desnudar e desconstruir os mecanismos da necropolítica e permitir espaçostempos para ouvir, sentir, registrar as vozes e reconhecer as revoluções subalternas em nossos cotidianos escolares como um compromisso político. Tal compromisso nos exige atenção em relação aos vestígios deixados pelas criações cotidianas, como nos ensina a narrativa de Marina. Uma frase, uma conversa, fragmentos textuais, melodias ou uma poesia e, nesse artigo, um filme de sucesso, tornam-se a ponta de um novelo que nos leva a outras leituras de mundo e a outras formas de conhecimento. As linhas abissais que hierarquizam as sociabilidades e as humanidades também cortam as nossas salas de aula e as salas de cinema na Coréia do Sul,

e, nesse momento, as salas de hospitais lotados em todo mundo onde profissionais de saúde precisam decidir sobre a vida e a morte de cidadãos inocentes e doentes podem ser destecidas, provocando outras tessituras de mundo em que existe solidariedade, como na sala de aula da professora Marina, numa escola pública, hoje fechada, no Rio de Janeiro, Brasil. Vale anotar que nesse momento já morreram, só na cidade de Nova Iorque, um dos reconhecidos templos do capitalismo mundial, dez vezes mais pessoas do que no atentado de 11 de setembro, marcando, para nós, em números, não só o poder destruidor de qualquer pandemia, mas o tom necropolítico das políticas de estado que admitem dezenas de milhares de pessoas mortas por não terem acesso a hospitais e equipamentos no país que construiu a maior e mais rica máquina de guerra já vista.

Se escolas e universidades, como nos ensina Certeau, como maquinaria de guerra, se preocupam com a “salvaguarda da pureza” da língua (CERTEAU, 1994), não temos o controle do “uso” dessa língua pelos sujeitos comuns (CERTEAU, 2012). Sua poesia cria uma fronteira, um entre-lugar (BHABHA, 1998, p. 24) “onde algo começa a se fazer presente”. Num movimento corajoso, de hibridismo, ressignifica o uniforme que qualifica ou desqualifica, nega a designação de objeto-estudante e se inscreve naquele *espaçotempo* como uma voz dissonante que anuncia a própria diferença, como voz subalterna que sabe do seu direito de falar, e existir, em qualquer língua. Nos deslocamentos, mutações e revoluções subalternas, Marina e José recriam o mundo e invertem o estado das coisas.

Parasitas, atravessam a linha abissal para reafirmar a existência de suas vozes colonizadas. Apontam a fronteira que divide o tratamento dispensado pelo estado às parcelas da população segregadas e expostas a múltiplas formas de violência, à contaminação, ao genocídio, como foram historicamente tratados os povos nativos do Brasil. Por outro lado, o cruel realismo do filme, printando o mapa abissal que o capitalismo desenha nas necrópoles, expõe os mecanismos das necropolíticas que determinam a derrota prévia ou a morte dos sujeitos, tomando-os por ignorantes, incapazes, incivilizados, desinteressados, sem voz, ou, grupos de risco. Percebemos que circulam entre as experiências vividas, alternativas às ideias e práticas hegemônicas. Trabalhar com elas desloca as experiências do mundo, desinvisibilizando-as e dilatando o presente a partir da troca entre essas experiências, que, de alguma maneira, transgridem o que está posto pela razão moderna, reconhecendo as possibilidades de experimentação social que existem e são, muitas vezes, invisibilizadas e apagadas. Gallo (2003, p. 71), a partir de seus estudos sobre Negri, “diz que mais importante do que anunciar o futuro, parece ser produzir cotidianamente o presente para possibilitar o futuro”.

Enfim, se somos todos, ao menos, somos parasitas que não estão parados no *espaçotempo* “à espera que um antropólogo os venha registrar, como prova de um mundo exótico e exterior à modernidade” (COUTO, 2009, p. 13). Parasitas somos nas muitas existências e visibilidades, falamos, fazemos filmes, ganhamos óscares e criamos currículos, tentando resistir, criar e sobreviver ao vírus invisível que expõe as visibilidades cruéis do capitalismo e suas necropolíticas, e sabemos, na experiência e na solidariedade, que, dentro do sistema capitalismo-colonialismo-patriarcado, nenhum plano nunca dará certo.

Referências

ALVES, Nilda. Tecer conhecimento em rede. In: ALVES, Nilda.; GARCIA, Regina. Leite. (org). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 111-120.

ARROYO, Miguel. Gonzalez. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester. *et al.* **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2010. p. 35-98.

BAUMAN, Zigmunt. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BHABHA, Hommi. K. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar. **Brasília**, G1-Globo. 19.04.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml?fbclid=IwAR3KZBUd7sh3HuzIJfnU86CQ29aaHIEBk3hN45GecXgcAENTRrbqJ3xUv1U>. Acesso em: 08.06.2020.

BONG, Joon. Ho. **PARASITA**. Direção de Joon-ho Bong. [s.i]: Barunson E&a, 2019. Son., color. Legendado. Distribuidora Pandora. 2019.

CAMPOS, Marina. Santos. Nunes. de. Rápido como um gafanhoto. In: REIS, Graça. Regina. Franco. DA Silva., FLORES, Renata. **Narrativas: histórias da/na escola**. Petrópolis: DP et Alii.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?**. Companhia das Letras, 2009, p. 8-14.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: SKLIAR, Carlos; LARROSA, Jorge. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2001, p.119-138.

ECO, Umberto. Pós-escrito a **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achile.; BERCITO, Diego. Entrevista: Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. **Folha de São Paulo**. 30.mar.2020. (p. 1) Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml> . Acesso em: 11 abr. 2020.

MBEMBE, Achile. **Biopoder soberania estado de exceção política da morte**. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ | n. 32 | dezembro 2016.

OLIVEIRA, Inês. Barbosa de. **Currículos Praticados – entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Inês. Barbosa de. Espaços educativos em imagens. In: OLIVEIRA, I. B.; SGARBI, P. (org.). **Fora da escola também se aprende**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Inês. Barbosa de.; SÜSSEKIND, Maria. Luiza. Tsunami Conservador e Resistência: a CONAPE em defesa da educação pública. **Revista Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362019000300400&script=sci_arttext. Acesso em: 10 abr. 2020.

PINAR, William. F. **The gender of racial politics and violence in America: Lynching, prison rape, and the crisis of masculinity**. New York: Peter Lang, 2001

PRECIADO, Paul. **Ser trans é cruzar uma fronteira política**. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/09/cultura/1554804743_132497.html. Acesso em: 10 abr. 2020, p. 1.

REIS, Graça. Regina. Franco. Da Silva. Narrativa de experiênciaprática como possibilidade de justiça cognitiva. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.04, p. 1332 – 1357 out./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/29607/21866>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de. Sousa.; **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de. Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 63, p. 237-280, 1 out. 2002. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1285>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de. Sousa. (orgs); **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**: São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de. Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, Outubro 2007: p. 3-46. 2007.

SANTOS, Boaventura de. Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de. Sousa.; MENESES, Maria. Paula. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, Boaventura de. Sousa. **Se Deus fosse um activista dos direitos humanos**. Coimbra: Ed. Almedina, 2013.

SANTOS, Boaventura de. Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de. Sousa. **A Pedagogia do Vírus**. Portugal: Ed. Almedina, 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso – da escravidão à lava jato**. Ed.Leya, 2017.

SPIVAK, Gayatri. Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SÜSSEKIND, Maria. Luiza. As (im)possibilidades de uma Base Comum Nacional. **Revista e-Curriculum**, PUCSP, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 151 -1529, 2014a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/21667/15917>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SÜSSEKIND, Maria. Luiza. Taking Advantage of the Paradigmatic Crisis: Brazilian Everyday Life Studies as a new epistemological approach to the understanding of teachers' work. **Revista Citizenship, Social and Economics Education**, v. 13, n. 3, p. 199-210, 2014b. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2304/csee.2014.13.3.199>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SÜSSEKIND, Maria. Luiza. O que aconteceu na sala de aula?. Políticas, currículos e escritas nos cotidianos da formação de professores numa universidade pública. **Revista Teias** (Rio de Janeiro), v. 18, 2017, p. 134-148. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/30506>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SÜSSEKIND, Maria. Luiza.; GOMES, Ana. Cristina. Escolas, Violências e a Presença dos Corpos Negros Ausentes. In: ALBINO, Angela.; RODRIGUES, Ana. Claudia.;

SÜSSEKIND, Maria. Luiza. **Políticas Curriculares: desafios atuais.** João Pessoa: Ed. UFPB, 2019. p. 41-63.

*Submetido em: 29-04-2020.
Publicado em: 01-07-2020.*